

Usos do Passado: História e Arqueologia*

Leandro Hecko**

Resumo: Este artigo apresenta uma das atuais discussões no âmbito da Teoria da História, que é a de refletir sobre as apropriações que a contemporaneidade faz do passado, aqui mostradas nas áreas da História e Arqueologia. Poderá se perceber que tais apropriações, grosso modo, ocorrem por questões políticas, de colonização, ideológicas, militantes, culturais, estéticas e revisionistas. Neste sentido, serão apresentadas algumas obras que trazem o cerne dessas discussões à tona.

Palavras-chave: história; arqueologia; usos; passado.

Resumen: En este artículo se presenta un análisis de una de las actuales discusiones en la Teoría de la Historia, que es la de reflexionar sobre las apropiaciones hechas en la contemporaneidad del pasado, que se muestran aquí en los campos de la Historia y Arqueología. Se pueden ver que las apropiaciones ocurren por cuestiones políticas, de colonización, activistas, ideológicas, culturales, estéticas y revisionistas. En este sentido, vamos a presentar algunas de las obras que llevan al centro estas discusiones.

Palabras claves: historia; arqueología; usos; pasado.

Há muito a História fora definida como uma ciência com os olhos no passado. De Heródoto a Marc Bloch em diversos contextos e

* Este artigo é parte do desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR), intitulada ACERVOS DE ANTIGUIDADE NOS MUSEUS BRASILEIROS: perspectivas para construção da narrativa e da memória em História.

** Professor do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus Coxim (UFMS/CPCX), Doutorando em História pela UFPR sob orientação da Profa. Dra. Renata Senna Garraffoni.

discussões tratou-se de buscar a natureza última do que seria o objeto da História. Nas palavras de Bloch, com quem romanticamente ficou uma das últimas tentativas de busca da definição, proclamou-se que a História é a ciência dos homens no tempo (BLOCH, 2001, p.53-65).

Essa, que é a ciência dos homens no tempo, desperta inúmeras inquietações no próprio homem que, ansioso por conhecer seu passado, rende-se a diversas formas de exposição deste ao alcance de todos os públicos, acadêmicos ou não: Museus, Cinema, Literatura, Programas de Televisão, Documentários, Minisséries, Jogos, Músicas, Revistas, entre outros.

Não obstante falemos de História como estudo das ações dos homens no tempo, há que se questionar: esse estudo é exclusivo da História? Sabe-se que não, pois diversas são as ciências que se voltam ao passado dos homens, apropriando-se, no entanto, de distintas formas. Dentre elas, destacamos as que mais se aproximam de nosso objeto de discussão: Arqueologia e Museologia.

Destarte, cabem algumas considerações à guisa de definição dos nossos espaços de reflexão, buscando os usos que da História, Arqueologia e a Museologia, podem ser feitos e que já foram objeto de diversos pesquisadores.

Aqui trataremos da Arqueologia Histórica e dos seus usos para se pensar e (re) construir o passado, entendendo esta enquanto um instrumento da construção da memória e da narrativa históricas, discutindo objetos que vem sendo trabalhados nacional e internacionalmente¹. Entendemos uma relação entre Arqueologia, História e Museu calcada na complementaridade, onde todas auxiliam na construção e/ou aproximação do passado, bem como nos usos que se faz deste.

Ao se discutir as formas como a Arqueologia pode contribuir com a discussão do passado, por vezes se pensa nessa como uma

¹ Esta discussão, entre História e Arqueologia, se articula à parte teórica de nossa pesquisa de doutorado.

ciência auxiliar da História, ideia comumente vinculada à História e suas ciências auxiliares no século XIX, nos contextos metódico-positivistas. Não obstante, no adiantado das discussões sobre a ciência da Arqueologia, se declinam os conceitos, no sentido de mostrar historicamente como ela sempre teve sua autonomia em relação às demais ciências, sendo fruto, assim como a História e Museologia, de apropriações ideológicas em vários contextos.

Quando se fala em relações entre História, Arqueologia, Museus, evoca-se uma articulação necessária a pensar, escrever e expor um recorte do passado a partir de referências a cada uma dessas áreas. Tomemos, por exemplo, o caso de um recurso/instrumento/material importante às três áreas: a fonte. Fonte histórica, cultura material, objeto de exposição, em todos os casos, o objeto último possui uma funcionalidade em relação ao passado. Na História, fruto de questionamentos interpretativos direcionados de onde se buscam informações do passado, base para a escrita da História. Na Arqueologia, enquanto cultura material, meio através do qual se articulam dados espaço-temporalmente (re)construindo a História de determinada Cultura. Entre a História e a Arqueologia existe, nesse contexto, certa complementaridade. Trata-se do fato de que a História se preocupa primeiramente com os materiais escritos e em seguida com os demais (pictográficos, cerâmica, etc) e a Arqueologia com a cultura material. Nos dois casos, a intertextualidade entre o escrito e a cultura material é uma articulação mais do que necessária. Por sua vez, no Museu (e aqui temos em mente museus de caráter histórico-arqueológicos) se manifestam intencionalidades presentes na História e Arqueologia por meio de narrativas escritas ilustradas/problematizadas através da cultura material.

No que diz respeito às atuais discussões da Arqueologia, principalmente as que são frutos da chamada Arqueologia Pós-Processual²

² Define-se “Escola Pós-Processual”: indo desde os hiper-relativistas aos moderados e tendo sua principal figura no arqueólogo inglês Ian Hodder, esta escola abrange diversas tendências teóricas atuais, muitas delas advindas da sociologia, da semiótica, do estruturalismo, da filosofia, do marxismo, entre outras procedências. Apesar das divergências,

busca-se dar conta do caráter social, além do científico, desta ciência. Seja em campo ou em uma organização museal, a preocupação com a função social ou sentido próprio da prática tem refletido inquietações que envolvem academia e público leigo. Neste contexto, pensar os usos que se faz do passado em um contexto amplo, transcendendo a academia, faz-se muito produtivo.

Um dos caminhos é sem dúvida o de discutir o sentido da prática arqueológica, pois esta não afeta apenas contextos demasiado recuados no tempo, ou mesmo não diz respeito apenas a questões acadêmicas. A função da cultura material e sua articulação com uma cultura, ou culturas, é objeto de discussão importante, uma vez que busca resgatar a materialidade de uma cultura calcada em dimensões e sentidos simbólicos (HODDER, 1989, p.13). Esse resgate de materialidade do simbólico, ancorado numa busca de sentido e acesso a essas informações à sociedade tem tomado bastante expressão na Arqueologia, de onde se podem cunhar termos como Arqueologia Pós-Processual, Arqueologia Histórica³ ou mesmo Arqueologia Pública⁴.

possui vários pontos comuns no âmbito da pesquisa arqueológica. Trouxe com ênfase para a Arqueologia a dimensão dos significados simbólicos que variarão e se destacarão em diferentes contextos culturais. Visa resgatar o significado cultural adquirido pela cultura material que determinada sociedade produziu e utilizou. Retoma para a Arqueologia a discussão de problemas de caráter histórico derivados de propostas da Nova História. Propugna a destacada ação dos arqueólogos enquanto construtores do passado a partir de sua classe social, ideologia, cultura e gênero como pontos de partida para as perguntas que formula às evidências arqueológicas.” (REIS, 2010)

³ Define Funari: “Arqueologia Histórica” tem sido usado, em particular na América do Norte, para referir-se ao estudo de um período histórico específico, o moderno (sensu anglico, i.e. do século XV em diante, Deetz 1977), em geral nas Américas. O termo Arqueologia Histórica, com tal definição, não é usado na Europa e na Ásia, já que se entende por históricas diversas arqueologias, como a Clássica e a Egípcia, para mencionar apenas duas delas.” (FUNARI, 2010, p.1)

⁴ “Arqueologia Pública é um conceito de recente desenvolvimento, resultado das transformações no âmbito das sociedades e das ciências, nas últimas décadas. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as diversas sociedades passaram por

A Arqueologia, no decorrer de todo o século XX, sofreu inúmeras interferências, que auxiliaram suas mudanças também em todo esse século. Segundo Ian Hodder, quatro questões fortemente influenciaram mudanças sociais, incluindo o âmbito da ciência arqueológica: 1) desilusão com a ciência e o progresso; 2) uma modernidade alienadora com a desumanização do mundo; 3) mudanças mundiais Pós II Guerra Mundial e 4) os interesses de grupos (nacionais, individuais, relações de poder (HODDER, 1989, p.65-66). Estas questões trouxeram à tona a necessidade de busca de sentido e também de formas de utilização da Arqueologia, onde sua prática e sua interpretação considerasse contextos, estruturas e linguagens.

Em *The Meaning of Things: material culture and symbolic expression*, Ian Hodder, desdobra essas questões, organizando o debate: há que analisar a estrutura e o contexto considerando as ações de leitura e escrita envolvidas na prática arqueológica⁵ (HODDER, 1989, p.74-75). A prática arqueológica, por sua vez, como está inserida em temporalidades não deixa de refletir inquietações dessas temporalidades, como problemas e objetos de pesquisa e também relação com a sociedade. Assim, a interpretação e utilização que se faz a partir da evidência material, se constituem de acordo com anseios projetados pela sociedade.

transformações profundas, em particular com a emergência social de grupos como as minorias étnicas e as mulheres. Os movimentos pelos direitos civis e pela emancipação feminina intensificaram essas tendências e foram seguidos por múltiplos outros, tais como a luta contra o belicismo, pela liberdade de opção sexual, pela liberdade política e social, em diferentes países. A década de 1980 viria a consolidar essas novas realidades, com o questionamento da homogeneidade social e com a luta pelo respeito e valorização da diversidade ambiental e cultural.” Conforme Editorial da Revista Arqueologia Pública, São Paulo, nº 1, 2006.

⁵ Um reflexo dessa forma de pensar a Arqueologia está ligado à *World Archaeological Congress* (WAC) que através de grupos de discussões e eventos internacionais busca uma discussão além fronteiras e produção coletiva de materiais, livros, artigos, democratizando o debate das práticas e teorias arqueológicas.

Hoje, pensar na teoria e na prática arqueológicas, suas estruturas e contextos e relação com o público acadêmico ou não faz parte do arcabouço de discussões da Arqueologia, pois esta se liga à realidade histórica das diversas sociedades, sendo percebidas por essas ou não, mas passíveis de utilização simbólica, política, estética ou lúdica.

Um bom argumento que pode ser trazido para ancorar essas considerações está ligado à chamada Arqueologia Pública, que remete a uma arqueologia com direta ligação com a sociedade e também função social, uma vez que se trata de uma arqueologia engajada em questões sócio-políticas, interagindo com as sociedades envolvidas em suas práticas e teorias. Trata-se de uma Arqueologia que transcende os limites da academia, evocando engajamento, empoderamento de comunidades locais, discutindo modos de uso do passado onde a imaginação arqueológica pensa as conexões entre o passado e o volátil presente (LITTLE, 2007, p.136).

Barbara Little, arqueóloga estadunidense, contribui ao pensar na Arqueologia Pública, trazendo temas como memória pública e lugares de memória, educação/conhecimento/aprendizagem, direitos humanos, história e guerras culturais, civismo e justiça, todos possuindo ligações às práticas arqueológicas. Little discute essas questões analisando a própria História dos Estados Unidos, delineando a criação de parques nacionais memoriais, ligados à História do país, as relações de identidade entre comunidades locais e cultura material, a utilização da educação/ensino/aprendizagem na utilização do passado que se deseja construir, entre interesses políticos, sociais e/ou acadêmicos.

No caso do Brasil, esse tipo de discussão toma espaço e a Arqueologia Pública fica entendida como a prática da disciplina e profunda interação com a sociedade. Assim, apresentam-se estudos de casos, onde no contexto do Brasil, objetos como assentamentos de fugitivos (quilombos), patrimônio pré-histórico (em particular em relação a

concheiros - sambaquis) e a interação entre a Arqueologia e o público refere-se aos restos de desaparecidos políticos, por exemplo, inserem a ação arqueológica inserida na práxis social (FUNARI; OLIVEIRA; TAMANINI, 2008, p.131-138). Tais objetos são apropriados pela sociedade e tomam importância na vida e prática social e política dos sujeitos, cerca bandeiras de militância, enfim, aproxima-se do cotidiano de todos.

É, portanto, essa perspectiva da Arqueologia uma aproximação com a sociedade; esta que é seu público e fomentador de questões sociais e objetos; assim a forma como a memória chega às pessoas é um exemplo importante da aproximação da ciência com a sociedade. A preservação de espaços de importância histórica, representantes de modos de vida passados de onde se busca um sentido para o passado hoje é uma mostra dessa aproximação. A História através de textos, a Arqueologia por meio da cultura material, os museus com seus acervos, patrimônios tombados, são formas de laicizar o conhecimento científico criando uma memória pública acessível aos cidadãos (LITTLE, 2007, p.138-139). O estabelecimento de lugares de memória é uma importante ferramenta para essa ação didática de instrumentalizar o conhecimento histórico-arqueológico, não obstante, está cercado de intencionalidades.

Desta forma, faz-se necessário ligar o sentido da teoria e prática arqueológica pensando que a Arqueologia auxilia na análise, interpretação, (re) construção e exposição do passado, junto aos seus usos, conforme Hodder e Little. Entender, portanto, os usos do passado, requer o entendimento de suas perspectivas ideológicas/manipuladoras/intencionais uma vez que a Arqueologia possui seu lado de engajamento político. Deve-se enfatizar que diante dessa racionalidade intrínseca do saber histórico, e também manifesto nos usos da Arqueologia, de sua clareza apolínea, formas e funções parecem pertencer a outro lado da ciência, à sua vivacidade dionisíaca, na

qual se trata não das regras e das fundamentações, mas das formas estéticas, das intenções retóricas e do uso prático (RUSEN, 2007, p. 9), uso este que constitui a essência desse tipo de Arqueologia.

Tais discussões tomam âmbito mundial e possuem, além disso, grande expressão no Brasil, representada por Pedro Paulo Funari, que faz um elo entre as discussões em torno das novas práticas arqueológicas, mormente no que diz respeito ao seu lado de engajamento. Funari, junto a diversos pesquisadores ligados à WAC, tem articulado discussões na América Latina, com temas locais ou globais que refletem a Arqueologia Pública, Pós-Processual, bem como as relações entre essas e a questão da História e dos Museus. Em um livro organizado com Charles Orser Junior e Solange Nunes de Oliveira Schiavetto, Funari e vários autores buscaram dar conta de temas em torno da questão da identidade, discurso e poder, que perpassam a Arqueologia, a História e a Museologia.

Tomemos aqui algumas discussões que se encontram no livro *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea* (2005), organizado por Funari e os três pesquisadores referenciados anteriormente, para problematizar os usos, sentidos, teorias e práticas arqueológicas.

No capítulo XII desse livro, escrito por Laurent Olivier, propõe-se analisar a forma como a arqueologia foi utilizada no 3º Reich e na França da Era Vichy. Destaca Olivier que estudos a partir da década de 1970 já permitem “mensurar a extensão da manipulação dos dados da Arqueologia em benefício de uma empresa de legitimação da política cultural e racial do nacional-socialismo” (FUNARI, 2005, p.167). A arqueologia alemã do 3º Reich teve profundo contato com a francesa, até a vitória do Reich, o que se percebe nas correspondências entre os pesquisadores alemães e franceses. Na arqueologia alemã a busca da ariana ancestralidade das línguas indo-germânicas. O Período Neolítico, importante momento de desenvolvimento das

culturas europeias contemporâneas, caracterizando um germanocentrismo que buscava eclipsar qualquer evidência que provasse que povos indo-europeus não foram os únicos a contribuir com as origens européias, principalmente das raízes alemãs (FUNARI, 2005, p.168-169). Desta forma e no contexto da arqueologia ligada ao nazismo, museus e descobrimentos eram direcionados de forma a construir uma realidade que justificasse a ideologia do Partido Nazista. Segundo Bettina Arnold é entre 1933 e 1945 que, através do controle das escavações, do entendimento da Alemanha Pré-Histórica, no retorno a teorias etno-históricas, na propagação de tratados eugênicos que se assenta a ideologia nazista (ARNOLD, 1990, p.464). Uma apropriação da Arqueologia para justificar uma teoria etno-política.

Em uma outra perspectiva, Gabino Corzo, no capítulo III do livro organizado por Funari, discute a forma como se pode perceber pela prospecção arqueológica espaços de resistência. No capítulo intitulado:

Os espaços da resistência escrava em Cuba”, Corzo evidencia que “na arqueologia histórica, durante os últimos 10 anos tem-se avançado no conhecimento das condições de vida das massas escravizadas e dos componentes africanos como parte do estudo das plantações escravistas e do capitalismo industrial na América (CORZO, 2005, p.46)

Possibilita, desta forma, que a arqueologia resgate resistências e vidas excluídas pela narrativa histórica tradicional, encontrando nos meios mais insólitos, como em plantações:

contribuições ao conhecimento da vida cotidiana e às condições sociais do escravo se dá nas investigações desenvolvidas em torno do significado dos espaços sociais, pois ao centrar os interesses nisso, tem-se conseguido estabelecer um modelo para a análise da cultura material e suas relações com o poder (CORZO, 2005, p.46).

Na inclusão, portanto, de ações de resistência de povos conquistados e escravizados, a arqueologia do resgate da cultura material pode através do seu uso acabar com deturpações da história.

Considerando as perspectivas brevemente expostas, há que enfatizar, portanto, dois caminhos: 1) primeiramente, uma arqueologia para justificar nacionalismos e dominações territoriais e culturais; 2) com a arqueologia pós-processual e pública, questiona-se profundamente a prática arqueológica, numa busca de engajamento.

Vejamos, portanto, tais perspectivas utilizadas e organizadas de tal forma.

Em “The past as propaganda: totalitarian archaeology in Nazi Germany”, Bettina Arnold trabalha a forma como ideias arqueológicas foram utilizadas para construção do Estado Nazista, buscando-se no controle de escavações, na apropriação da Pré-História Europeia de forma a favorecer a evidência de etnias para origem dos alemães (ARNOLD, 1990, p.464). Assim, a construção e aplicação de teorias raciais tornou-se uma distorção do passado, direcionando olhares e etnias para formação de um povo alemão (ARNOLD, 1990, p.465).

De acordo com Bettina Arnold, tratou-se de uma apropriação da Pré-História com objetivo de legitimação política, onde a ancestralidade alemã era buscada em pontos comuns para fortalecer uma identidade e, obviamente, a sua utilização na construção ideológica do Partido Nacional-Socialista Alemão (ARNOLD, 1990, p.465-467). A ênfase étnica se voltava a povos do norte e oeste da Europa, bem como a valorização da cultura greco-romana no período histórico. A ascensão da arqueologia ideológica e nazista contou com adesão de intelectuais que, incentivados ou induzidos pelos ideais do Estado trabalharam a seu favor (ARNOLD, 1990, p.472). De acordo com Arnold, portanto, a relação entre Arqueologia, usos do passado e ideologias, deve ser objeto de estudo e reflexão na prática do pesquisador, pois

tal discussão evoca pensar sobre o passado, seu contexto e as suas possíveis apropriações, no próprio passado ou presente.

Com um objeto similar de investigação, Laurent Olivier, já citado anteriormente, em seu estudo, da obra dirigida por Funari, trabalha com “A arqueologia do 3º Reich e a França: notas para servir ao estudo da ‘banalidade do mal’ em arqueologia”. Na relação entre o 3º Reich e a França, cabe o destaque aos contatos estabelecidos pelos pesquisadores da Arqueologia Alemã com a francesa entre os anos de 1930 e 1940 (FUNARI, 2005, p.168). Na correspondência entre intelectuais, fica claro o interesse em buscar a ancestralidade das línguas “indo-germânicas” sem relação a qualquer escrita semítica. Tais ideais não se manifestam apenas por cartas; manifestam-se na prática nas regiões incorporadas pela Alemanha, na França (FUNARI, 2005, p.173-179). Assim, afirma Olivier:

os contatos da Arqueologia nacional-socialista com a pesquisa francesa não se limitam ao período da ocupação alemã, mas se desenvolveram, ao contrário, no decênio que precede a conquista da França, principalmente depois de 1933. Na essência, esses trabalhos consistem, então, em documentar em uma perspectiva aberta por Kossina, os sítios e os vestígios materiais que são atribuídos à cultura da ‘raça’ ou do(s) ‘povo’(s) germânico(s). São sobretudo os períodos da pré-história recente que estão no jogo dessa Arqueologia étnica ou racial de característica ‘germanocentrista’, na medida em que as pesquisas têm por objeto isolar, no mais distante passado da Europa, as origens e desenvolvimento dessa germanidade ignorada pelas fontes históricas tradicionais. (FUNARI, 2005, p.189)

A pesquisa direcionada de campo, baseada em teoria étnicas que conferem identidade e pureza aos alemães, tem base em exclusões e distorções do passado, conforme também nos enfatizou Bettina Arnold. Tal apropriação chega ainda a um exagero quando, de acor-

do com Olivier, “podemos dizer que a guerra modifica o papel da Arqueologia alemã, que se torna um utensílio da geopolítica do 3º Reich e de sua política racial” (FUNARI, 2005, p.190).

Onde aspectos de ideologia política se plasmam em organização e dominação territorial. Neste caminho, conclui Olivier que:

A entrada na guerra do estado nacional socialista confere um papel desmedido à Arqueologia alemã que – em seu percurso de exposição dos pretendidos fundamentos biológicos da cultura germânica – fornece, a partir de então, por sua vez, a base ‘científica’ e a justificação ideológica da política de subserviência e de ‘depuração’ racial do 3º Reich. (FUNARI, 2005, p.190)

Complementarmente a Arnold, Olivier nos afirma da utilização ideológica do passado pela Arqueologia, também chegando ao exagero da dominação territorial.

No mesmo caminho, sobre apropriações ideológicas do passado, o trabalho de Glaydson José da Silva traz uma contribuição. Em “História Antiga e usos do passado: um estudo das apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)” mostra como o Nazismo e o Fascismo se apropriaram da Antiguidade para sustentarem seus projetos nacionais e suas propostas políticas e de homem para o Ocidente, colocando-o no topo da civilização (SILVA, 2007, p.30).

Aponta Silva que o regime Vichy se apoiava no passado gaulês, romano e galo-romano. O autor mostra como Arqueologia e História romana foram utilizados na ocupação alemã da França e aponta ainda como Jerome Carcopino influencia a educação da França sobre sua identidade romano-gaulesa, considerando enfim que:

É na França de Vichy, com suas leis racistas que retiram direitos tendo como pretexto a origem dos cidadãos (...) que se inspira o F.N. [o Front National]. (...) A identidade nacional ancorada no mito gaulês permite, assim, o

reencontro com o passado ideal distante e que tem na tradição gaulesa, em sua longevidade, a resposta para os dramas atuais da sociedade francesa. (SILVA, 2007, p.178-179)

Desta forma, a obra de Glaydson Silva demonstra como se usou e abusou do passado gaulês, romano e galo-romano para sustentação de posições políticas, domínios territoriais e étnicos.

Seguindo ainda esta perspectiva de dominação nacional, ideológica e territorial, a discussão de Susan Lawrence e Nick Shephard em “Historical archaeology and colonialism”, capítulo 5 do livro de Dan Hicks e Mary C. Beaudry intitulado “Historical Archaeology”, problematiza o colonialismo e pós-colonialismo modernos. Considerando Lawrence e Shephard, respectivamente australiana e sul-africana, a ideia de colonialismo pode ser antiga, mas suas aplicações são características modernas. O fato dos autores representarem as nacionalidades citadas já nos mostra um aspecto da arqueologia engajada, pensando sobre práticas anteriores e refletindo os contextos de seus países.

A colonização que se enfatiza no texto dos autores é a social, econômica, cultural, política e psicológica (LAWRENCE; SHEPHARD, 2006, p.69). Daí o pensamento da arqueologia histórica se desenvolveu a partir da visão das culturas europeias como mais desenvolvidas em relação aos outros povos e justificava a ocupação e dominação dos mesmos (2006, p.70). Outrossim, a arqueologia histórica pós-processual traz outra perspectiva e aqui adentramos as novas reflexões sobre a prática arqueológica onde através de escavações em sítios indígenas e escravos percebem-se resistências, e não mera relação dominante/dominado (2006, p.70-71).

A essas novas perspectivas a WAC contribui em reflexão, discutindo as relações de dominação a partir de diversas fontes, novas leituras, identidades e papéis entre os sujeitos (2006, p.71). A partir

dessas reflexões, temas alternativos a respeito de alteridades e suas experiências espaço-temporais podem ser percebidos através de sua cultura material. Por meio desses olhares, observando grupos étnicos e suas relações sociais, em seus campos, do ponto de vista do colonizado, são perceptíveis formas de resistências (2006, p.73). História oral associada às escavações possibilitam opiniões mais profundas sobre as relações de poder em colônias modernas. Neste ínterim, segundo Lawrence e Shepherd, através de estudos em sítios coloniais percebe-se a eclosão de temas de grande valor, como poder, identidade, resistência, etnicidade e gênero, os quais se constituem em terreno para a arqueologia histórica (2006, p.85). e, também, pública, já que de grande interesse social. A aculturação, adaptação, criação de sociedades híbridas e/ou novas, observar a experiência da colonização possibilita a contestação da ordem tradicional atribuída pelo simples olhar de quem domina (2006, p.85).

Como se disse anteriormente, esse tipo de produção chegou ao Brasil muito fortemente e as publicações aqui encontradas refletem o panorama latino-americano da arqueologia histórica e/ou pública. No livro “Arqueologia histórica e cultura material”, por exemplo, organizado por Pedro Paulo Abreu Funari, a arqueologia sul-americana aparece mostrando perspectivas como vestimentas, cidades e quilombos reveladores de aspectos da vida cultural e cotidiano. Discute-se a aproximação entre museu, arqueologia e público que no Brasil, ganham espaço de reflexão na academia, num processo de reflexão e valorização da cultura brasileira (TAMANINI; FUNARI, 1998, p.180-181).

Outra obra, já mencionada e também organizada por Funari, junto a Charles E. Orser Jr. e Solange Nunes de Oliveira Schiavetto traz amplamente essas novas perspectivas à tona nos contextos latino-americanos. Espaços de resistência escrava em Cuba em um olhar a partir dos supostamente dominados (CORZO; FUNARI, 2005, p.?)

pensar a ideia de raça na arqueologia histórica americana e as ideias de etnicidade para esse contexto (ORSER JR.; FUNARI, 2005,); refletir sobre o engajamento da arqueologia em relação ao seu papel na universidade pública e cidadania (OLIVEIRA; FUNARI, 2005), são alguns problemas levantados para se pensar na prática arqueológica em nosso contexto.

Na obra “Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina (1960-1980)” organizada por Funari e Andrés Zarankin, temas até de certa militância aparecem. Na referida obra, por exemplo, o capítulo de Luis Fondebrider intitulado “Arqueología y Antropología forense: um breve balance” lança a questão do uso da arqueologia para localização e identificação de sujeitos desaparecidos em períodos ditatoriais em vários países latino-americanos. Em outro capítulo, Alejandro F. Haber aborda a questão da “Tortura, verdad, represión, arqueología”, onde a arqueologia é posta em prática para a revelação dos resquícios do terrorismo de estado na ditadura argentina, buscando sujeitos nos resquícios que eram utilizados na repressão e manutenção do poder. Ainda no caminho da ditadura argentina, Andrés Zarankin e Claudio Niro exploram “La materialización del sadismo. Arqueología de la arquitectura de los Centros Clandestinos de Detención de la dictadura militar argentina (1976-1983)”. Nesse caminho, na obra “Arqueología de la represión” percebe-se o grande engajamento proposto por essa nova arqueologia, que trata de temas próximos da sociedade publicizando seus resultados de pesquisa deveras polêmicos por vezes.

Há que se destacar ainda a obra de Ana Piñon, “Brasil: arqueología, identidad y origen” (2008), onde são levantadas algumas das principais questões da história da arqueologia no Brasil. Assim, mitos e problemas da prática, teorias raciais, caminhos e descaminhos são ressaltados. Os caminhos para onde as reflexões de Piñon levam são os de que a arqueologia no Brasil e seus usos sempre estiveram em

torno de discussões de identidade, origem, política e etnia, de onde as práticas de pesquisa devem ser problematizadas e reavaliadas (PIÑÓN, 2008, p.197-200).

Tendo em vista tais percepções, usos e abusos que se fazem do passado, os engajamentos, apropriações políticas e de empoderamento de minorias, as conexões entre passado e presente, usos de propaganda, na educação, apropriações institucionais devem ser analisadas. Quando se escreve sobre o passado se estabelece uma recíproca troca: se, por um lado, através da evidência se aproxima do passado, a intencionalidade de tal aproximação pode distorcer as informações do tempo transcorrido materializando no presente interesses do presente. Ao se tratar do passado e considerando a História, Museologia e Arqueologia como formas de se acessar, escrever e expor sobre o passado os usos que se faz dele devem ser pensados.

O passado nas ciências que o estudam toma/torna diferentes formas e funções: formas estéticas, intenções retóricas e usos práticos, por exemplo (RÜSEN, 2007, p.9). E seguindo esse raciocínio, colocadas todas essas perspectivas de usos do passado que perpassam a História, Museologia e Arqueologia, ainda há que atentar para usos que se plasmam no cotidiano de instituições e sujeitos que são explícitos, porém paradoxalmente mais eclipsados nos sentimentos e/ou imaginários de tais instâncias.

Referências

ARNOLD, Bettina. The past as propaganda: totalitarian archaeology in *Nazi Germany*. *Antiquity*, n. 64, 1990, p. 464-78.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A. *A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial*. Disponível em: <http://www.arqueologiaegipcia.com.br/aarqueologiahistorica.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2010.

FUNARI, Pedro Paulo (org.). *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005.

FUNARI, P.P.A. ; OLIVEIRA, N.V. ; TAMANINI, E. *A Arqueologia Pública no Brasil e suas novas fronteiras*. *Praxis Archaeologica*, n. 3, 2008.

HODDER, Ian. *The Meanings of Things: Material culture and symbolic expression*. London: Routledge, 1989.

LAWRENCE, Susan & SHEPHERD, Nick. "Historical archaeology and colonialism" IN: HICKS, Dan & BEAUDRY, Mary C. *Historical Archaeology*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2006.

LITTLE, Barbara J. *Historical Archaeology. Why the past matters*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

PIÑON, Ana. *Brasil: arqueología, identidad y origen*. Mar del Plata/Argentina: Ediciones Suárez, 2008.

RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Brasília: UnB, 2007.

SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e Usos do Passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: AnnaBlume, 2007.